

# **A IMAGEM DA MULHER NAS IDÉIAS EDUCACIONAIS DE PESTALOZZI: O APRISIONAMENTO AO ÂMBITO PRIVADO(DOMÉSTICO) E À MATERNIDADE ANGELICAL**

Alessandra Arce (UNESP)

*Feliz a mãe que deste modo conduz seus filhos à fé, da fé os conduz ao amor e do amor à bem-aventurança. E feliz três vezes é a mãe que, no cumprimento de sua tarefa, se recorda daquela que com piedade autêntica e simples velou os sonhos de seus próprios anos infantis, a qual lhe põe ante a vista um exemplo que, mais energicamente que qualquer ensino e tão fortemente quanto a voz do amor maternal que se aninha em seu peito, a exorta a recordar tal exemplo, a trabalhar de igual maneira e a perseverar. (Pestalozzi 1988:146)*

Neste texto temos o objetivo de apresentar uma parte dos estudos que realizamos para nossa tese de doutorado que envolveram o pensamento educacional de dois grandes pedagogos do final do século XVIII e início do século XIX: Johann Pestalozzi (1746-1827) e Friedrich Froebel(1782-1852). Destacamos de nossos estudos para este texto uma questão importantíssima presente nas idéias educacionais de Pestalozzi: o papel da mulher/mãe enquanto educadora. Essa questão também se faz presente no pensamento de Froebel mas em decorrência do limite de espaço para este artigo, não abordaremos aqui as semelhanças e diferenças entre esses dois educadores no tocante à questão aqui analisada. Que visão teria Pestalozzi do papel da mulher na sociedade? Por que no título deste artigo nos referimos a esse papel como estando aprisionado ao âmbito doméstico e à maternidade angelical?

Para que possamos esclarecer ao leitor as questões acima apresentadas faz-se necessário entendermos antes um pouco a época em que Pestalozzi produziu e viveu. A esse período (1789-1848), que coincide com os anos de produção intelectual de Pestalozzi, o historiador inglês Eric Hobsbawn denominou “A Era das Revoluções” (Hobsbawn, 1996a). Como indica o título do livro, foi uma época da história européia marcada por muitas guerras e revoluções: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, as Guerras Napoleônicas e, finalmente, encerrando o período, as Revoluções de 1848. O resultado principal de todas

essas revoluções foi o triunfo da indústria capitalista, da liberdade e igualdade para a sociedade burguesa liberal.

Segundo Hobsbawn (1996a) o mundo em 1789 era essencialmente agrícola, não havendo uma diferença radical entre o homem do campo e o da cidade. Como os transportes não eram muito desenvolvidos, o homem quase não se deslocava, geralmente nascia, vivia e morria no mesmo local. Essa pouca mobilidade aliada à precariedade dos processos de circulação de informação, tornava as pessoas muito pouco informadas sobre o que acontecia para além do seu meio social imediato. É muito importante ressaltar isso logo de início, pois esse fato tem implicações decisivas para a vida cotidiana das pessoas e para a educação. Como dizíamos, era um mundo essencialmente agrário e, a despeito da existência de um desprezo do homem da cidade pelo homem do campo, o trabalho com a terra era a fonte principal de produção de quase tudo aquilo que as cidades precisavam para existirem e prosperarem. O tema das relações entre o campo e a cidade, relações essas nem sempre tranqüilas e harmoniosas, pode ser percebido em vários autores da época. Não nos esqueçamos que o Emílio, de Rousseau, é educado no campo.

Hobsbawn afirma que o problema agrário era fundamental, pois o elo entre a posse da terra e o status da classe dominante era muito forte, fazendo com que a relação entre os que a cultivavam produzindo riquezas e os que a possuíam e acumulavam as riquezas fosse de exploração e expropriação dos primeiros. Por outro lado os que se dedicavam ao comércio, à produção de manufaturas e às atividades intelectuais e tecnológicas, estavam em rápida ascensão e desenvolvimento:

As ciências, ainda não divididas pelo academicismo do século XIX em uma ciência “pura” superior e uma outra “aplicada” inferior, dedicavam-se à solução de problemas produtivos, sendo que os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria. A grande *Enciclopédia* de Diderot e D’Alambert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o “Iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a Natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progressistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários. Estes homens saudaram Benjamin Franklin, impressor e jornalista, inventor, empresário,

estadista e negociante astuto, como símbolo do cidadão do futuro, o *self-made-man* racional e ativo. (Hobsbawn 1996a:36-37).

Mas esse ideal liberal do indivíduo que faz seu próprio destino precisava abrir caminho antes de mais nada lutando contra os obstáculos que lhe eram antepostos pela sociedade feudal. Esse caminho só poderia ser aberto pelas revoluções. Abordemos então, de forma breve, uma delas, a Revolução Industrial.

Como dissemos acima, no final do século XVIII presenciou-se um grande desenvolvimento do conhecimento científico. Um certo lugar comum atualmente muito difundido costuma apresentar a Revolução Industrial como tendo sido consequência do avanço da ciência e das invenções tecnológicas. Se o processo fosse assim tão simples, em todos os países europeus daquela época, nos quais vinham ocorrendo os avanços da ciência, teria ocorrido a Revolução Industrial. Mas, como afirma Hobsbawn, ao final do século XVIII e início do século XIX, somente um país europeu não tinha sua economia baseada na cultura agrária: esse país era a Inglaterra. O mesmo não ocorria com a França, a despeito de todas as suas contribuições no campo do conhecimento científico. Isso significa que o fato da Revolução Industrial ter tido seu berço na Inglaterra precisa ser explicado como consequência de toda uma configuração econômica e política daquele país. O primeiro ponto a ser ressaltado é o da existência, já naquela época, na Inglaterra, de uma íntima vinculação entre política e economia, através da transformação do lucro privado e do desenvolvimento econômico em objetivos supremos da política. Essa fórmula vitoriosa viria, no século XIX, a se estender pela Europa.

O segundo aspecto a ser assinalado é o de que esse casamento entre política e economia foi favorecido na Inglaterra pela estabilidade política ali existente ao final do século XVIII, pois há mais de cem anos não se matava nenhum rei. Essa estabilidade contrastava com as violentas lutas pelo poder político que vinham sendo travadas, por exemplo, na França.

Por fim, as transformações, ocorridas na Grã Bretanha, em termos da produção agrícola e, conseqüentemente, da vida daqueles que antes tiravam seu sustento da terra, criaram as condições básicas para o impulso à produção industrial. Como podemos ver o *self-made-man* preconizado pelos franceses no terreno das idéias, já se fazia realidade na Inglaterra, onde a liberdade e a igualdade para a classe liberal burguesa em ascensão já começava a dominar. Não se deve esquecer, porém, que tudo isso era construído às custas do suor e até do sangue de operários e agricultores. Entretanto, ainda faltavam alguns elementos para o

desenvolvimento pleno deste modo de produção: a expansão rápida da produção através de inovações simples e baratas; um mercado amplo e monopolizado por uma única nação. A Grã-Bretanha ainda não possuía estes elementos, mas era uma nação poderosa e agressiva na conquista de mercados e sua economia já apresentava as características de uma economia capitalista. O algodão e sua indústria foram os primeiros a fornecerem um monopólio aos britânicos que o exerceram por meio de guerras e através do colonialismo; as duas grandes regiões consumidoras de seus produtos foram a América Latina e o Oriente, principalmente a Índia que foi sistematicamente desindustrializada pela Grã-Bretanha.

A fumaça das indústrias e a exploração dos trabalhadores era o preço exigido pelo capitalismo para a Revolução Industrial e todo o desenvolvimento econômico por ela gerado. Todavia, se por um lado a economia européia do final do século XVIII e primeira metade do século XIX foi essencialmente formada pela Grã-Bretanha, por outro lado, a França alicerçou a ideologia política da sociedade capitalista européia desse período através da Revolução Francesa. Segundo Hobsbawn (1996a) a França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical democrata para a maior parte do mundo. A Revolução Francesa foi ecumênica e radical. As principais categorias para uma concepção de desenvolvimento de uma sociedade baseada no modelo liberal burguês foram fornecidas pela França e pelo Iluminismo, dentro do qual a educação passou a desempenhar um papel muito importante pois ela seria o único instrumento capaz de formar o cidadão para o novo regime pelo qual se ansiava.

Enquanto a Grã-Bretanha procurava aperfeiçoar o modo de produção e expandir seus mercados, na França os interesses do velho regime feudal e os da classe burguesa em ascensão mostravam-se cada vez mais conflituosos no plano da política. A burguesia havia perdido as esperanças depositadas nos chamados “déspotas esclarecidos” (membros da monarquia que haviam aderido aos ideais iluministas) e transferia suas esperanças de revolução para o povo. Uma grave crise econômica que abateu a França nos anos de 1788 e 1789 gerou grande insatisfação por parte do povo. A burguesia apresentou-se então como aliada do povo, como classe revolucionária, colocando-se contra o antigo regime e seus privilégios e exigindo uma sociedade onde todos fossem livres e iguais. Os pobres viram então, na possibilidade de transformação divulgada pela burguesia, a oportunidade de

mudança das condições de suas vidas, a chance de acabar com a pobreza e com a opressão sobre eles exercida pelos nobres. Mas a aliança entre os pobres e a burguesia era uma aliança essencialmente contraditória, prenha de conflitos inevitáveis. Isso não deixava de se refletir no plano das idéias. A liberdade, a igualdade e a fraternidade erigidas em princípios da Revolução Francesa não significavam o compromisso com uma real igualdade entre todos os homens. Como mostra Hobsbawm (1996a:77), isso pode ser visto já na famosa “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 1789. Se por um lado ela pregava a liberdade, a igualdade e a fraternidade, por outro, também era clara ao afirmar que existiriam distinções sociais; a propriedade privada era apresentada como um direito sagrado e todos seriam iguais apenas perante a lei. O talento que cada indivíduo possuía seria a chave para a ascensão social não significando que todos devessem chegar ao mesmo ponto, mas sim que todos devessem ter as mesmas chances ao iniciarem sua jornada. O documento ainda declara que todos devem ter o direito de participar na elaboração das leis pessoalmente ou através de representantes; dessa forma, o rei não precisaria ser deposto, mas sua monarquia necessariamente deveria ser constitucional, o que basicamente ocorreu em quase toda a Europa. O burguês não era um democrata, mas sim um constitucionalista que desejava “um estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (idem).

A Revolução Francesa foi um processo complexo, longo, no qual muitas lutas de misturavam e a burguesia, a partir de certo momento, passou a temer que as classes baixas, isto é, o proletariado e os camponeses, se rebelassem de forma incontrolável não apenas contra a nobreza, mas também contra ela própria, a classe burguesa. Era preciso pôr fim aos levantes populares, pôr fim à Revolução, antes que ela fosse longe demais. “Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subseqüentes está agora bem clara. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras. Repetidas vezes veremos moderados e reformadores de classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o medo de perder

o controle sobre elas (Hobsbawn 1996a:80). A burguesia passava de classe revolucionária a classe conservadora; instituía-se o novo regime sobre as estruturas do antigo; a insatisfação continuava: nobres e clero sentiam-se expurgados e as camadas baixas da população não sentiam mudanças significativas no seu modo de vida; a crise econômica se agravava. Então em 1792 explode uma segunda revolução, que abrange um período que vai de 1792 a 1799. A burguesia se defrontava com um grave problema que a impedia de alcançar a estabilidade política e proporcionar o avanço econômico nas bases do programa liberal. Napoleão Bonaparte foi a pessoa ideal para por fim aos problemas da burguesia, concluindo a revolução e iniciando o regime burguês na França.

Entre 1815 e 1848 o mundo foi sacudido por três ondas revolucionárias, marcando o último ciclo da “Era das Revoluções”. A primeira ocorreu de 1820-1824, a segunda de 1829-1834 sendo fundamental por marcar a derrota definitiva da aristocracia pelo poder burguês na Europa Ocidental, a “grande burguesia” dos banqueiros e grandes industriais chegava ao poder. Mas a grande inovação trazida por esta segunda onda foi o aparecimento da classe operária como força política. A terceira e maior onda revolucionária foi a de 1848, ocorrendo em várias regiões da Europa e trazendo à tona o nacionalismo para regiões como a Alemanha divididas em muitos principados, que entenderam finalmente a necessidade da unidade para o crescimento econômico. Este último ciclo de Revoluções possuiu uma característica muito especial, estes foram movimentos sociais, o povo muito empobrecido (pois como já vimos as Revoluções anteriores empurram a população a uma vida desumana) agora, melhor organizado, voltava a exigir o que não lhe havia sido entregue após a Revolução Francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A burguesia agora não mais estaria ao seu lado, colocando-se radicalmente contra procurando encerrar de uma vez qualquer levante popular para poder consolidar-se no poder. “Em 1848 e 1849 os moderados liberais fizeram assim duas importantes descobertas na Europa Ocidental: que a revolução era perigosa e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam ser atingidas sem ela. A burguesia deixará de ser uma força revolucionária.”(Hobsbawn 1996b: 41)

Esta luta pelo poder travou-se também na vida cotidiana das pessoas da época. Segundo Perrot (1991a) durante todo o século XVIII foi se operando uma distinção forte entre o que pertencia à esfera do público e o que pertencia à esfera do privado na vida das pessoas.

Com as revoluções esta distinção transformou-se em uma definição de papéis sociais, uma diferenciação de papéis sexuais que colocou em oposição homens (públicos) e mulheres (domésticas/privadas). A valorização da família, agora nuclear, foi importantíssima para este processo, a burguesia encontrou nesta organização privada uma forma de vencer os títulos e a hierarquia dos nobres, elegendo a mulher como rainha deste ambiente, privado e doméstico. Hunt (1991) afirma que ao final do século XVIII a mulher é representada como o inverso do homem e passa a ser identificada por sua sexualidade: “O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível, e que essa sensibilidade era ainda maior devido á debilidade intelectual” (Hunt 1991:50). O discurso dos médicos se uniria ao dos políticos e no início do século XIX as mulheres estariam totalmente relegadas à esfera privada, ao doméstico, tornando-se símbolo da fragilidade que precisava ser protegida e guardada.

Importante ressaltar, que segundo Hunt (1991), estes ideais foram disseminados pela classe burguesa em ascensão e não pela revolução que pregava a igualdade entre os sexos e tentou romper com o privado fazendo com que o público o invadisse. Outra aliada fortíssima para a consolidação destes ideais foi a religião que, segundo Hall (1991), através de vários movimentos em prol da família cristã, elegeu a mulher como célula base do doméstico, chave para a felicidade individual e para o bem comum. Ao estudar as imagens da mulher na literatura católica e protestante, Desai (1991) constatou esta campanha através dos discursos que pregavam o inatismo das virtudes femininas e sua função social decorrente das mesmas:

Doçura; compaixão e amor materno fazem parte das virtudes inatas do sexo feminino. Às mulheres cabem, portanto, as obras da misericórdia e caridade, o cuidado dos doentes dos pobres e dos velhos; a elas que tem os filhos, cabe-lhes a responsabilidade pela sua primeira educação, pela sua instrução religiosa e pelas regras do saber viver; a elas também, confinadas à casa e reinando no universo doméstico, cabe ainda a boa gestão do lar, as ocupações úteis e um olhar vigilante sobre a domesticidade. (Desai, 1991:304-305).

Assim, o indivíduo encontrará proteção e carinho no lar iluminado pela figura da mulher, com sua doçura, meiguice e fragilidade. Aí estarão as pessoas abrigadas do mundo “lá de fora”, do mundo público, que passou a ser visto como um mundo rude, perigoso, fonte de preocupações, um mundo para os homens e não para mulheres e crianças.

A própria Revolução Industrial no início ajudou a disseminar este ideal de família, em consequência de uma certa semelhança, no início do processo de industrialização, entre a estrutura da família e a da indústria, como muito bem explica Perrot (1991b:110):

O próprio patrão dá o exemplo: ele mora perto, às vezes no fundo de sua fábrica; a esposa cuida da contabilidade, e os empregados comparecem às festas da família. O paternalismo foi o primeiro sistema de relações industriais, pelo menos no que diz respeito ao núcleo operário que se pretende estabilizar. Ele supõe no mínimo três elementos: moradia no local, linguagem e práticas do tipo familiar (o patrão é o “pai” dos operários, a empresa constitui a “grande família” e a falência seria a “morte”) e aceitação.

Mas essa semelhança existiu apenas no início da industrialização ou, mais precisamente, segundo Perrot (1991c), na primeira metade do século XIX pois, a partir da segunda metade desse século, acentua-se o processo de reclusão da mulher ao mundo doméstico, afastando-se as mulheres burguesas das atividades de administração dos negócios da família.

Todavia, não somente as famílias se modificaram, os lares também: antes, como vimos, eles ficavam próximos dos negócios ou sobre eles, depois a casa torna-se algo totalmente separado dos negócios, afastado da sujeira das fábricas, um lugar de fuga dos problemas da esfera pública da vida dos homens, onde o papel principal é exercido pela mulher.

O papel principal cabe à senhora do lar, encarregada de fazer funcionar a vida privada tanto na intimidade familiar – cerimônias cotidianas das refeições e serões junto à lareira- quanto nas relações da família com o mundo exterior – organização da sociabilidade, visitas, recepções. Ela deve reger o curso das tarefas domésticas de maneira que todos, e o marido em primeiro lugar, encontrem em casa o máximo de bem-estar. O tempo dos homens é a vida pública, e sua utilização é ditada pelo ritmo dos negócios. (...) A vida privada é o refúgio onde os homens descansam do cansaço do trabalho e do mundo exterior. Deve-se fazer de tudo para dar harmonia a esse refúgio. A casa é o ninho, o local em que o tempo se suspende. A idealização do ninho leva à idealização da personagem da senhora do lar. (Fugier-Martin 1991:201)

Segundo Perrot (1991c), surge, então, um movimento de mulheres que passa a lutar a favor desta diferença entre os sexos, os eixos que passam a fundamentar este movimento são: a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo e a reprodução como auto-justificação. Este movimento cristão de mulheres visava congregar mais e mais mulheres a aceitarem sua condição de fragilidade e de rainhas do lar. A maternidade surge como a bandeira principal, e a nova imagem da infância como detentora da inocência e bondades humanas reforça a defesa de que a mulher, este ser angelical escolhido por Deus para gerar a vida, deva viver em uma ambiente harmonioso e virtuoso, tomando para a si a educação desta semente abençoada que perpetuará a vida humana: a criança. Importante ressaltar que esta

mulher/mãe já estaria naturalmente dotada de tudo o que se necessita para a educação das crianças pelo simples fato de ter nascido mulher e poder gerar a vida.

Entretanto, este movimento não ocorreu de maneira linear e igual para todas as mulheres, as burguesas puxaram o movimento, as aristocratas e nobres resistiram muito e por muito tempo até capitularem enquanto que as mulheres da classe pobre não poderiam, pelas próprias condições objetivas de sua vida, dedicarem-se exclusivamente ao lar, pois a luta pela sobrevivência não poupava mulheres e crianças. Perrot (1991c) descreve como sendo três as funções para as mulheres da classe pobre: a primeira era a de dar à luz, a segunda de atender a família nos serviços domésticos procurando inclusive por alimentos e produtos para a casa mais baratos, e por fim a terceira era a de trazer uns trocados para a casa complementando a renda familiar. Como podemos ver se as burguesas foram sendo aprisionadas em seus lares, privados, tendo de certa forma sua imagem aproximada da infância, por outro lado as mulheres das classes pobres continuavam, pelas questões econômicas, a participarem de certa forma do mundo público, além de terem que exercer as funções defendidas pelas burguesas.

Hall (1991) afirma que na Inglaterra durante o século XIX, uma corrente do protestantismo iniciou um movimento intitulado de “evangelização”, sendo que o objetivo principal residiria em tornar moralmente dignas as famílias dos operários, enquadrando-as no modelo burguês e fazendo de suas mulheres boas empregadas, mães e esposas. Neste ponto a luta contra o alcoolismo, comum entre as famílias pobres, foi fundamental para a sedimentação da imagem e do ideal de família e mulher entre os operários, que acreditavam que seguindo a esse ideal poderiam um dia se igualar a seus patrões economicamente:

Os argumentos contra a bebida faziam largas referências ao lar e à família: a pior conseqüência do alcoolismo era a destruição e a depravação da família operária. Numa série de gravuras famosas chamada “A Garrafa”, do célebre gravador Cruikshank, vê-se primeiramente uma família operária à refeição num lar simples, mas limpo e confortável. É o modelo da família feliz: as roupas estão cuidadosamente cerzidas, as crianças brincam, um bom fogo crepita na lareira, a porta está trancada, garantia de que a casa continuará como um local de refúgio e segurança. Depois, o homem oferece um copo à sua mulher e, cena após cena, Cruikshank nos mostra a terrível desagregação no lar e na família, que termina com a loucura do homem assassinando a mulher com uma garrafa e a morte do último filho; o outro virou rufião e a filha prostituta. Os apóstolos da temperança usavam com freqüência esse clichê mostrando o lar infeliz do bêbado e a vida familiar idílica do operário sóbrio. (Hall 1991:73-74)

Como vimos anteriormente, com a ajuda de Hobsbawm, a desumanidade fazia parte da própria condição do trabalhador e, nesse contexto, a bebida pode ser vista muito mais como uma consequência do que como causa daquela desumanidade, ao contrário do que pregavam os “apóstolos da temperança”. A família comandada pela figura idealizada da mulher/mãe apresentou-se neste momento histórico como o meio mais eficaz para o sufocamento de qualquer espírito de insurreição por parte dos operários e pobres, que até então não haviam sentido o gosto da vitória dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A Revolução Francesa que desejou subverter a fronteira entre o público e o privado acabou fracassando, pois a classe que a princípio se manifestou revolucionária, ao tornar-se conservadora apegou-se aos costumes, dando a vitória à separação definitiva entre os âmbitos privados e públicos e designando personagens fixos para ambos.

O pensamento filosófico e educacional da época não deixou de também contribuir, em alguns casos e momentos, para esse processo, como aponta Casnabet (1991) em seu estudo a respeito da grande influência que as obras de Rousseau tiveram sobre as mulheres e suas vidas. É nesse contexto que interpretamos a importância do pensamento educacional de Johann Pestalozzi que nasceu em 12 de janeiro de 1746 em Zurich, filho de protestantes. Apaixonado pelo trabalho de Rousseau, o qual inspirou seus pensamentos educacionais conjuntamente com as obras de Lutero, Pestalozzi foi defensor dos ideais da Revolução Francesa, se preocupava muito com a pobreza e a desmoralização da mesma, como filantropo dedicou sua vida a educar as crianças mais pobres e auxiliar aos pais dessas crianças a viverem melhor. Participou ativamente da vida política de seu tempo, não se omitindo diante dos fatos e buscando sempre uma forma de melhorar a vida das camadas mais pobres da população.

Com este intuito escreveu o célebre romance *Leonardo e Gertrudes* (em alemão *Lienhard und Gertrud*) publicado pela primeira vez em 1781, em seu primeiro volume, sendo que os demais volumes apareceram respectivamente em 1783, 1785 e 1787. Este romance foi ambientado em uma aldeia suíça fictícia chamada Bonnal, seus heróis são pessoas simples do campo atormentadas pela penúria material e pela degradação moral. Os dois personagens centrais, Leonardo e sua esposa Gertrudes formam um casal com quatro filhos. O marido devido à crise que abate toda a aldeia passa a beber e não cumprir mais as suas

funções como marido. A vida familiar só não se torna um caos porque Gertrudes é a esposa e mãe ideal, uma figura angelical, sensata, uma heroína, a guardadora da moral na pequena aldeia. Estes atributos ficam claros quando observamos no capítulo XVII o porque da casa dela ser a única a estar livre das perturbações que ocorrem na aldeia durante a narração:

A única casa no vilarejo que estava livre de perturbação turbulenta neste período era a de Gertrudes. Ela sozinha parecia possuir uma alma inatingível pela imundícia moral ao redor dela, e sempre tinha um estoque de lemas em mãos que fazia o caminho das tarefas mais comuns para ela e para os outros. Alguns desses eram: “fique quieto sobre tudo aquilo que não diz respeito a você, não fale daquilo que você não entende, fique atento quando as pessoas falarem ou muito alto ou muito delicadamente, aprenda bem o que é necessário para você usar, deixe seu coração e sua cabeça sempre ficar no lugar certo, e nunca em muitos lugares de uma vez, mas sempre com você, sirva com corpo e alma aqueles que você está em dívida, e aqueles que você ama”. Guiada por tais dizeres, ela havia atingido um grau notável de sabedoria doméstica e social, e durante a confusão que reinava no vilarejo, nenhuma palavra que saiu de seus lábios, podia levar a mal entendidos, nem uma sílaba que pudesse provocar inimizade ou ridículo. (Pestalozzi 1885: 94,95)

Ao eleger Gertrudes como guardadora da moral de Bonnal, Pestalozzi confirma o que afirma Michaud (1999), isto é, que nessa época a mulher foi transformada também em guardiã da moral. Este trabalho de guardiã da moral, segundo Michaud, estava alicerçado sobre as qualidades da renúncia e da compaixão, e se proporia a eliminação da miséria com o triunfo sobre a preguiça e a má conduta individual, levando o indivíduo a viver com a virtude em seu coração aproximando-se cada vez mais de Deus. A heroína do romance de Pestalozzi exercitará essas máximas durante toda a narrativa. Leonardo também é um herói da história mas, diferentemente de sua esposa, este precisa passar por provas antes de sua vitória final, necessita superar o vício pela bebida e não sucumbir à degeneração moral que se abate sobre Bonnal.

Temperança é a palavra que guia as atitudes de Gertrudes. Educadora por excelência, sabe que a temperança e o amor são capazes de fazer maravilhas e a educação deve ser guiada por eles. Pestalozzi durante todo o livro enaltecerá as qualidades de sua heroína, confrontando o leitor com situações onde ocorre a falta, nas famílias, de mulheres tais como Gertrudes. No capítulo XVI (Pestalozzi 1885) a heroína vai à casa de um vizinho viúvo e encontra as crianças doentes, o lar totalmente desordenado e sujo e o homem nervoso e sem paciência, fatos estes que a fazem procurar uma boa mulher para ele como forma de solucionar este problema e fazer do lar novamente um local sagrado, sendo ela

bem sucedida em sua tentativa. O capítulo XXV mostra que Gertrudes enquanto educadora, outra das funções delegadas à mulher, procurava desenvolver em seu filhos a destreza manual e a linguagem oral, além de ensinar-lhes a leitura, a escrita e o cálculo, considerados por Pestalozzi importantíssimos para as classes mais baixas da população. Tudo feito a partir da prática cotidiana da família, tudo que fosse ensinado deveria ter alguma utilidade prática. A vida cotidiana era a melhor sala de aula, tanto que os filhos de Gertrudes eram crianças muito desenvolvidas e bem educadas, pois a religião e a moral acompanhavam todo o seu processo educacional.

Apesar de Gertrude assim empenhar-se em desenvolver precocemente a destreza manual de suas crianças, ela não tinha pressa para que eles aprendessem a ler e a escrever. Mas ela procurou ensiná-los cedo a falar, pois, como ela disse: “de que vale uma pessoa capaz de ler e escrever, se ela não consegue falar? – uma vez que ler e escrever são um tipo artificial de fala?” Para este fim ela costumava fazer as crianças pronunciarem sílabas após ela em sucessões regulares, tirando de um velho livro de ABC que ela tinha. Este exercício de articulação correta e distinta, era, entretanto, apenas um objeto subordinado em seu completo esquema de educação, o qual abraçava a compreensão verdadeira da vida. Mas ela nunca adotava o tom de instrutora em relação a seus filhos; ela nunca dizia a eles: “filho, esta é a sua cabeça, seu nariz, sua mão, seu dedo”, ou “onde está seu olho, sua orelha?” – mas ao invés disso, ela costumava dizer: “vem cá filho, eu lavarei suas mãozinhas”, “eu pentarei seu cabelo”, ou: “eu cortarei suas unhas da mão”. Sua instrução verbal parecia conectar o espírito com sua atividade real, no qual tinha sempre sua fonte. O resultado de seu sistema era que cada criança, era talentosa, inteligente e ativa para a idade. A instrução que ela dava a eles nos básicos princípios da aritmética, estava intimamente ligada com a realidade da vida. Ela os ensinava a contarem os números dos degraus de um cômodo para outro, e duas das fileiras de cinco vidraças, em uma das janelas, deu a ela a oportunidade para abrir as relações decimais dos números. Ela também os fazia contar suas linhas enquanto teciam, e o número de voltas no carretel, quando eles enrolavam a linha em novelos. Acima de tudo, em cada ocupação da vida ela os ensinava uma observação acertada e inteligente de objetos comuns e de forças da natureza. (Pestalozzi 1885:130-131)

No desenrolar da história Pestalozzi, através de outros personagens aldeões, apresenta uma crítica ao conservadorismo da população que resistia em aceitar a modernização e o processo industrial, vemos claramente a batalha que se travou entre a urbanização e a vida agrícola que até então marcara a humanidade, nesta obra.

“Leonardo e Gertrudes” constitui-se em um marco dentro da literatura e das obras pedagógicas por representar de maneira clara os principais processos sócio-culturais da época. Não podemos neste texto explorar detalhadamente todos os aspectos desse romance. Apenas queremos ressaltar o papel da mulher nessa obra de Pestalozzi. Como vimos a

figura de Gertrudes representa muito bem o ideal de mulher/mãe preconizado pela época e possível para as classes pobres diante de sua situação econômica, Gertrudes possui múltiplas funções, mas as principais residem na esposa de moral inabalável e na mãe educadora perspicaz e nata para a primeira infância, sendo o amor angelical/maternal e a temperança os alicerces de sua personalidade. Não podemos deixar de ressaltar o caráter prático de nossa heroína, pois segundo Hall(1991), as qualidades práticas eram fundamentais para as mulheres das classes pobres exercerem com perfeição suas múltiplas funções.

Neste romance podemos perceber que o autor estava preocupado com a situação para qual a classe pobre estava sendo empurrada pelo processo de sedimentação do capitalismo, apresentando um medo enorme de que as pessoas viessem a perder toda a razão e os sentimentos de humanidade. Entretanto, o caminho que Pestalozzi acreditava ser aquele que evitaria a degradação do ser humano, principalmente das pessoas pobres, acabou por encampar todo o discurso preconizado pela burguesia e pela religião, travando uma verdadeira batalha em prol da evangelização do povo ao produzir este romance, que circulou sob a forma de folhetim em um primeiro momento. Ao pensar que estaria libertando e enaltecendo a mulher como grande progenitora e guardiã da humanidade, acabou colaborando para incutir-lhe um ideal opressor e capaz de proceder a uma descaracterização da mulher e de seu papel na sociedade, ao naturalizar esta maternidade angelical quase sobrenatural.

Esta mulher/mãe rainha do mundo doméstico/privado foi enaltecida por Pestalozzi, seguindo a esteira dos discursos de Rousseau, como a figura insubstituível na educação de crianças pequenas. Nesta obra que apresentamos acima, este fato já aparece, mas é em outro livro que o autor torna mais contundentes ainda suas afirmações a este respeito, revelando um pouco mais este processo de naturalização da imagem da mulher/mãe. Este livro data de 1818 e 1819, intitulado “Cartas sobre a Educação Infantil”, foi escrito em forma de cartas para o inglês James P. Greaves, que esteve, mais tarde na escola de Pestalozzi em Yverdon de 1877 a 1822. Nesta obra Pestalozzi procura esclarecer seu amigo de seu método de ensino e principais idéias educacionais, pois queria que seu sistema fosse conhecido na Inglaterra, considerado por ele um país desenvolvido e à frente de seu tempo.

Logo na primeira carta Pestalozzi ao falar do propósito de sua educação elege a mãe e o amor de mãe como alicerces de qualquer trabalho pedagógico que se queira bem sucedido, conseqüentemente, a maioria das cartas têm a mãe como figura principal para o autor apresentar seus pensamentos educacionais. Mas como Pestalozzi via a formação desta mãe para a educação? Na segunda carta ele afirma (Pestalozzi 1988:07), que a mãe já possui todos os quesitos necessários para educar, necessita que os mesmos sejam incentivados para que possam fluir juntamente com todo o seu amor intenso. Livros e elocubrações filosóficas só atrapalhariam e artificializariam o processo que ocorre naturalmente quando a mulher toma consciência plena de seu papel de mãe. Pestalozzi apenas quer com este livro oferecer-lhe um guia, para que não se veja embaraçada em determinados momentos com dúvidas em relação aos seus instintos maternos.

Seguindo este objetivo de guiar as mães, na oitava carta o autor reforça o papel da mãe enquanto alguém que deva zelar pelo bem mais precioso da família: a criança, educando-a e protegendo-a da degeneração moral, missão primeira de toda educadora:

Gostaria de exortar à mãe a se mostrar agradecida a Deus que aligeirou sua tarefa até o ponto de haver posto no coração de seu filho alguns germens que ela, sob Sua inspiração e contando com Sua benção, tem agora, tem agora o dever de desenvolver, proteger e robustecer, até que chegados à sua maturidade dêem autênticos frutos de fé e de amor. Pois sua missão consistirá em zelar pela inocência da criança a fim de que, no que pese este mundo de corrupção, alcance um estado de maturidade e segurança. Em um mundo de vicissitudes, de desconfiança e de incredulidade, será incumbência da mãe a de procurar incansavelmente que a aprazível e agradável despreocupação da inocência com a qual hoje seu filho descansa em seus braços possa crescer um dia e dar lugar a uma imperturbável confiança em todo o bem daqui embaixo e em todo o santo de lá do céu. E neste mundo de egoísmo, à mãe corresponderá a missão de bem dirigir e fomentar a inclinação instintiva que sente seu filho para o manancial do amor operante, que em prol de uma causa digna não retrocede perante renúncias nem tem por excessivo nenhum sacrifício. (Pestalozzi, 1988: 30-31)

Esta mulher/mãe, tal como nossa heroína Gertrude, educa muito mais através dos exemplos do que por palavras, de nada adiantará ela pregar a boa moral se não vive-la, a abnegação pessoal deve ser algo a marcar sua vida, ela deve assumir em toda a sua plenitude a maternidade como algo divino e ver a sua criança como fruto de Deus:

Se ela própria não é capaz de submeter sua comodidade pessoal e inclusive seus mais intensos desejos às exigências de seu amor maternal, é inútil que espere um tal resultado em seu filho apelando ao amor que ele deve ter por ela. É impossível que suscite nas outras pessoas um sentimento moral do qual ela mesma não esteja penetrada. Para tornar uma virtude estimável às outras pessoas ela deve, por sua vez, ver com alegria os deveres que impõe. Se, de

sua parte, somente considera a virtude como uma espécie de deusa que inspira temor – rude é seu passo e áspero seu caminho, o rosto rígido ameaça com sofrimentos – nunca chegará a dominar um coração, o qual não se entrega à autoridade mas sim se rende sem resistência ao amor. (Pestalozzi 1988:64-65)

Próximo ao final do livro, Pestalozzi (1988:103) chama a atenção do leitor para o fato de que se não queremos a degeneração da humanidade devemos investir na educação das mães, esta missão suprema salvaguardará a humanidade da degradação moral e social. Para tanto o caráter feminino deve ser estudado em toda a sua profundidade para que possamos enaltece-lo cada vez mais e convocarmos as mães a vivê-lo em toda a sua plenitude:

De todas as instituições escolares, as mais benéficas são aquelas nas quais se cultiva a educação até o ponto no qual se ensina a arte de educar: os alunos devem aprender, nessas escolas, a atuarem como professores e há que educá-los de modo que se convertam em educadores. Porém é o caráter feminino, sobretudo, que deve ser educado prontamente nesta direção a fim de capacitar-se para poder desempenhar um papel singular na educação inicial dos filhos. Para poder atuar neste sentido, é necessário compreender profundamente o caráter feminino e valora-lo devidamente. Pois o certo é que nada resulta tão instrutivo como o contemplar a uma mãe que é consciente de seus deveres e é também capaz de cumpri-los devidamente. Nessa mãe admiraremos tanto a dignidade moral de seu caráter, a delicadeza de seu ser e a firmeza de seus princípios como o feliz encaixe de sentimento e razão que se dá nela e que é a base do simples porém infalível proceder que tem. (Pestalozzi 1988: 110-111)

Estas duas obras de Pestalozzi que aqui citamos são riquíssimas e extremamente contraditórias com os ideais que defendem. Na passagem acima vemos o autor defender uma educação diferente da que ocorria durante à sua época, suas idéias trazem os germes do movimento que mais tarde seria chamado de Escolanovista. Por outro lado, ao referir-se à mulher como educadora, a liberdade e igualdade apresentadas em sua metodologia se desmancham no aprisionamento sem saída alternativa da mulher no papel fundamental que ela deve desempenhar: o de mãe.

Durante toda esta obra dedicada à educação de crianças na primeira infância, vemos Pestalozzi conclamando as mulheres/mãe para sua função de educadoras das sementes humanas do divino. Tal como no romance “Leonardo e Gertrudes” vemos o autor imbuído do espírito de sua época que enclausurou as mulheres no privado(doméstico) através das funções de mãe e esposa. Sendo que o autor traz este ambiente de certa forma para o âmbito do público ao elegê-lo como modelo para a educação de crianças pequenas. Entretanto, ao fazê-lo inunda o público com as características do privado(doméstico) destinado ao reinado das mulheres rainhas do lar e mãe. Quais seriam as conseqüências

desta mistura de figuras idealizadas e de âmbitos idealizados para a educação? Talvez a desvalorização e a dificuldade de profissionalização com a qual temos que lidar até hoje na educação possa nos dar uma resposta parcial a esta questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. & VISALBERGHI, A. – **Historia de la Pedagogia**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1995, 15ª edição.
- CASNABET, C.M.– A Mulher no pensamento filosófico do século XVIII – in DUBY, G. & PERROT, M. (org.) – **História das Mulheres – do Renascimento à Idade Moderna** – Porto:Editora Afrontamento, 1991, volume 03, p. 366-407.
- DESAIVE, J. P.– As Ambigüidades do Discurso Literário – in DUBY, G. & PERROT, M. (org.) – **História das Mulheres – do Renascimento à Idade Moderna** – Porto:Editora Afrontamento, 1991, volume 03, p. 301-339.
- FUGIER, MARTIN, A. – Os Ritos da vida privada burguesa – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p.193-262.
- GÉLIS, J. – A Individualização da Criança – in ARIÈS, P. & CHARTIE, R. (org.) – **História da Vida Privada – da Renascença ao Século das Luzes** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 03, p. 311-330.
- HALL, C. – Sweet Home – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 53-93.
- HOBSBAWN, E. – **A Era das Revoluções 1789-1848** – 10º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a
- HOBSBAWN, E. – **A Era do Capital 1848-1875** – 5º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.
- HUNT, L – Revolução Francesa e Vida Privada – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 21-52.

- MICHAUD, S. – A Mulher – in FURET, F. (org.) – **O Homem Romântico** – Lisboa: Editorial Presença, 1999, p.87-116.
- PERROT, M. – A Família Triunfante – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991 a, volume 04, p. 93-104.
- PERROT, M. – Figuras e Papéis – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991 c, volume 04, p. 121-186.
- PERROT, M. – Funções da Família – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991 b, volume 04, p. 105-120.
- PERROT, M. – Outrora, em outro lugar – in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) – **História da Vida Privada – da Revolução Francesa a Primeira Guerra** – 5º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 17-20.
- PESTALOZZI, J. – **Cartas sobre Educación Infantil** – (Traducción de José M. Q. Cabanas) – Madrid: Editorial Tecnos, 1988.
- PESTALOZZI, J. – **Leonard and Gertrude** – (Translated and abridged by Eva Channing) – Boston: J. S. Cushing & Co., 1885.